

Ibama já analisa as terras que serão desapropriadas no Entorno do (anuncia nome da futura secretária de Saúde. Em Colatina, confronto entre tumulto. Chuva afeta as estradas da Região Serrana e pode compromete

Começa demarcação da nova área do Caparaó

Desapropriação atingirá 345 fazendas. Parque Nacional passará de 26 mil para 31 mil hectares

CYRO RÉGO

Guaçuí - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) começou, ontem, os trabalhos de localização das propriedades que estão incluídas no limite da nova área do Parque Nacional do Caparaó (Parna), que passou de 26 mil para 31 mil hectares. No total, serão 345 propriedades que terão terras desapropriadas. Funcionários do Ibama estão afixando, nos locais públicos, cópias do edital, publicado no Diário Oficial da União, que autoriza a desapropriação. Nas áreas determinadas para desapropriação, estão incluídas algumas propriedades com até cerca de 100 mil pés de café plantados.

Segundo um dos gerentes do Parna e funcionário do Ibama, Jairo Francisco de Barros, que coordena os trabalhos de levantamento das áreas para desapropriação, ele conta com o aparelho de Sistema de Posicionamen-

to Global, para cálculo à distância na superfície terrestre através de ondas de rádio - transmitidas por satélite americanos -, para determinar pontos geométricos na superfície terrestre.

Ele acredita que todo esse trabalho deverá estar concluído até dezembro deste ano e que, até o final de 2001, todo o projeto da nova área do Parna, que recebe 30 mil pessoas por ano, estará concluído. "Mas em trinta dias devemos estar com o número de propriedades que serão desapropriadas dentro desse limite". Só na região do Distrito de Pedra Menina, explicou, entre Cambucá até o Portal de Acesso à Serra do Caparaó, parte de cinquenta propriedades será desapropriada.

Sobre uma informação que circula na região, de que a terra um quilômetro abaixo da antiga área do Parna será incluída no processo de desapropriação, ele disse que não passa de uma grande confusão. "Eu quero deixar bem claro, para não haver mais dúvidas, que as terras em altitudes elevadas da Serra, com muita mata, podem ser que sejam incluídas".

Sobre a queixa de muitos agricultores, que estão reclamando de que o Ibama pede para apresentarem documentos de propriedade, alguns lavrados há mais de oitenta anos, ele explicou que é uma exigência do Departamento Jurídico do Instituto. "Exigimos o documento do pro-

prietário. O primeiro proprietário, porque pode haver pessoas que requereram a posse há muitos anos e a terra estar em nome de outro. Isso é um cuidado externo e essencial que estamos tomando para o futuro pagamento da indenização por parte do Ibama", ressaltou.

Quanto à presença de naturalistas nas matas da região do Entorno do Caparaó, como em Portal do Céu, ele reafirmou que se estiverem morando na área a ser demarcada terão que sair, conforme determinaram as leis federais dos parques nacionais. "Esses naturalistas são em número reduzido e a desapropriação será em benefício da preservação do meio ambiente. A bem da verdade, o homem não combina com a natureza e sua presença sempre traz perturbação ao meio natural. Caso resistam em sair, só passando por cima da lei ou se elas foram mudadas", ressaltou. Os municípios de Iúna e Irupui são os que têm o maior número de produtores rurais que estão morando na área a ser desapropriada. Eles terão que abandonar o local, mas muitos possuem café plantado em suas terras. É o caso do agricultor Derli Abreu Moreira, da localidade de Três Pontes, que possuiu cerca de 100 mil pés de café plantados.

SITUAÇÃO

Medida vai atingir vários segmentos

Personalidades do Estado, como o Conselheiro do Tribunal de Contas, Marcos Madureira; o ex-prefeito de Guaçuí, Luiz Moulin; e Dalva Ringuier, secretária Executiva do Consórcio do Caparaó, entre outros, estariam na lista dos que podem ter terras desapropriadas. O agricultor Júlio Borges, da Fazenda Januária, em Pedra Menina, falou que não tem nada contra a desapropriação porque não vai receber por toda a propriedade e sim por uma parte dela. "A minha situação é essa, ainda bem. Mas alguns estão em situação diferente". Outros serão mais atingidos. É o caso do Centro Espiritual da Taruna, localizado no meio da mata, em Ibitirama. Segundo o Ibama, seus proprietários teriam sido notificados, com antecedência, antes de construírem o empreendimento, de que o local era área do parque.